

Ata nº74

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Casa do Povo de Vila Nova de Anha, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha, presidida por Duarte José Faria Vilar de Figueiredo e com a presença dos seguintes elementos: Catarina Felgueiras Portela, Carlos Lima e Silva, Eduardo Alberto Lima Torres, Domingos Sampaio Pereira, Lúcia Silva Marinho, Vera Isabel Couto Amorim, Ricardo Nuno de Sá Rego e Ingrid Van Dorpe. Também estiveram presentes: Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos, José Carlos Oliveira Gonçalves e Ana Sofia Lima Novo, do corpo executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha.

A ordem de trabalhos da presente reunião era a seguinte: **ponto um:** Período antes da ordem do dia; **ponto dois:** Apresentação, discussão e votação das Tabelas de Taxas e Licenças para o ano 2015; **ponto três:** Apresentação, discussão e Votação do Plano de Atividades Plurianual, Mapa de Pessoal e Orçamento para o Ano 2015.

Por evidente lapso não constava da convocatória enviada aos membros da Assembleia, a referência ao ponto relativo às informações do Presidente da Junta de Freguesia, pelo que o Presidente da Assembleia deu nota que se acrescentaria o **ponto um b** – Informações do Presidente da Junta de Freguesia – à Ordem de Trabalhos. Tal indicação mereceu a concordância unânime da Assembleia.

Antes de dar cumprimento à ordem de trabalhos, procedeu-se à aprovação com duas abstenções da ata nº73, respetiva à sessão anterior. O Presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Figueiredo, apresentou o ofício recebido a nove de novembro do presente ano por João Rego que tinha como objetivo um pedido de averiguação do comportamento da Associação Desportiva e Cultural de Anha. Mais informou que averiguações sobre o comportamento de associações não estão previstas no âmbito das competências da Assembleia de Freguesia.

No âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos (“Período antes da ordem do dia”) houve três inscrições: Ingrid Van Dorpe, Ricardo Nuno de Sá Rego, e Lúcia Silva Marinho.

Ingrid Van Dorpe iniciou a sua intervenção pedindo uma transparência cristalina nas contas da Junta de Freguesia, referindo que existem três tipos de contas: orçamentos, balanços e caixa e, que nas contas da junta de freguesia estas aparecem todas misturadas. Pediu também esclarecimentos sobre a estrada que liga a zona industrial de Viana do Castelo e o Porto de Mar. Terminou a sua intervenção questionando o executivo sobre a existência de alguma injunção a decorrer.

O Presidente da Junta, responde afirmando que existem três momentos nas assembleias. O Orçamento é um documento político. O balanço e a prestação de contas tem de ser feito até trinta e um de Março e que as contas são aprovadas pelo Tribunal de Contas e remetidas a 30 de Abril. Afirma também que existe um encontro de contas e que podemos não ter o dinheiro, mas sabemos onde está. No que diz respeito à obra da estrada, Rui Matos afirma que a obra vai avançar. Quanto a

injunções, afirmou que existe uma de cento e dezoito mil euros à Junta de Freguesia dos Irmãos Peixoto que está a tentar ser resolvida com apoio jurídico.

Ricardo Rego iniciou a sua intervenção desejando a todos os presentes umas boas festas e felicitando a Junta de Freguesia pela disponibilização das atas online. O deputado enalteceu a obra do abrigo na Escola Básica do Primeiro Ciclo. Pediu esclarecimentos ao executivo acerca do processo judicial que estava a decorrer (em que situação está, os montantes envolvidos, acordo chegado) e quanto ao processo no Tribunal de Trabalho. Pediu também uma resposta por escrito ao requerimento remetido à Junta de Freguesia. No que diz respeito aos quadros de pessoal, pede esclarecimentos acerca do transporte de crianças visto que a funcionária responsável por tal foi despedida e pediu também informações sobre as razões pelas quais foi tomada esta decisão.

O Presidente da Junta de Freguesia refere que a obra do abrigo da escola foi uma obra que passou ao lado da Junta de Freguesia e que a Associação dos Pais teve um papel preponderante nela. Informa também que vai dar resposta ao requerimento por escrito. No que diz respeito ao processo no Tribunal de Trabalho, Rui Matos informa que foi encerrado a cinco de Dezembro e que não foi a julgamento, ficando acordado pagar aquilo a que o trabalhador tem direito a quinze de Janeiro do próximo ano. Quanto ao processo judicial afirma que ficou acordado serem pagos quinze mil euros, dos quais faltam pagar quatro mil à proprietária. Por fim, acerca do transporte de crianças o Presidente da Junta informa que essa responsabilidade passou para a Junta de Freguesia e que para esse trabalho, os funcionários a recrutar tinham de se coletar e não quiseram. Todavia, relativamente à senhora em questão, Regina, os restantes membros do executivo e o funcionário administrativo da junta, são testemunhos da forma como esta enxovalhou o Presidente da Junta na sede da mesma.

A terceira intervenção foi realizada pela deputada Lúcia Marinho, onde esta pede esclarecimentos acerca do parecer da CCDRN relativo a questões laborais. O Presidente da Junta informou que está empenhado em resolver o problema levantado noutros executivos, sendo que defendeu que não é sua intenção promover despedimentos por via daquela situação administrativa. Antes resolver os mesmos.

No âmbito do ponto um b da ordem de trabalhos (“Informações do Presidente”) – (Anexo 1), para além de sublinhar alguns dos pontos do documento distribuído aos membros da Assembleia. Afirmou que não ocorreu a sua “morte política” e que a coordenação política da Junta de Freguesia é feita por ele. Afirmou ainda que o executivo não recebeu nenhuma remuneração proveniente da Junta de Freguesia há um ano. Informou também sobre a existência de um espaço do cidadão no posto dos correios. Agradeceu ainda ao Sr. Leonel Vila Chã, pela sua ajuda na potenciação da imagem da freguesia relativamente aos Caminhos de Santiago.

No que diz respeito ao segundo ponto da ordem de trabalhos (“Apresentação, discussão e votação das Tabelas de Taxas e Licenças para o ano 2015”) – (Anexo 2), para além de elencar os principais pontos do documento alvo de análise por parte da Assembleia de Freguesia, o presidente do executivo da Junta de Freguesia de Vila

Nova de Anha agradeceu a sugestão para a redução de taxas do cemitério por parte da oposição.

Para este ponto inscreveu-se um membro da Assembleia: Ricardo Nuno de Sá Rego.

Na sua intervenção, o deputado Ricardo Rego sublinhou que o que tinha sido proposto era uma redução de taxas de 37,5% nas sepulturas e de 33% nos jazigos e que o que o executivo está a propor é um aumento de 25% nos jazigos e uma redução de 25% nas sepulturas. Referiu também que é necessária a aprovação de um regulamento de taxas que promova o correto enquadramento das mesmas.

O presidente da Junta de Freguesia Rui Matos respondeu afirmando que pediu aconselhamento jurídico, tendo-lhe sido dada nota que a única eventual falha da proposta é esta não fazer referência à legislação, fundamentando as respetivas taxas, sendo que se comprometeu com a Assembleia a trazer a este órgão, o respetivo Regulamento de Taxas, que sustente a cobrança legal das mesmas.

Após as intervenções procedeu-se à votação das Tabelas de Taxas e Licenças que foram aprovadas com dois votos contra e sete votos a favor.

No que concerne ao terceiro ponto da ordem de trabalhos (“Apresentação, discussão e Votação do Plano de Atividades Plurianual, Mapa de Pessoal e Orçamento para o Ano 2015”) – Anexo 3, o presidente do executivo da Junta de Freguesia, depois de fazer a apresentação das principais linhas estratégicas do Plano de Atividades para 2015, referiu que o orçamento é uma previsão baseado muito nas receitas próprias e é um documento político. Afirma também que o saneamento financeiro vai ser uma aposta dentro das possibilidades. Refere também que o quadro de pessoal se vai manter.

Para este ponto registaram-se duas inscrições: Ricardo Nuno de Sá Rego e Ingrid Van Dorpe.

O deputado Ricardo Rego refere que o serviço domiciliário está incorporado nos serviços de saúde e que são necessários objetivos a cumprir. Afirma também que é necessário um plano plurianual de investimentos. Refere ainda que existem outro tipo de contratos em que não são necessários recibos verdes e faz um pedido de reconsideração quanto ao quadro de pessoal e alerta quanto a possível incumprimento legal para não existirem problemas no futuro.

A deputada Ingrid questiona o executivo sobre onde estão enquadrados no orçamento o pagamento das obras e das dívidas que transitaram de anos anteriores.

O Presidente da Junta de Freguesia, Rui Matos, respondeu dizendo que vai ter em conta os avisos quanto à extensão e os cuidados no domicílio. Refere também que tem consciência do problema da dívida da Junta de Freguesia. Quanto ao quadro de pessoal espera que se possa realizar enquadramento legal e que não se pode admitir este tipo de comportamentos por parte de alguns prestadores de serviços.

Em seguida, procedeu-se à votação do Mapa de Pessoal que foi aprovado com duas abstenções e sete votos a favor; o Plano de Atividades foi aprovado com duas

abstenções e sete votos a favor; o Orçamento foi aprovado com duas abstenções e sete votos a favor.

Dada por encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa de Assembleia deu por aberto o período de intervenção do público presente. Neste período inscreveram-se os cidadãos: José Meira, Carlos Meira, Conceição Lima, Manuel Lima, São João, Manuel Domingos, Céu Lima, João Rego, José Freixo e Sidónio Ribeiro.

O Sr. José Meira afirma que a Junta de Freguesia herdou há quatro anos um terreno para alargamento do caminho e que ainda nada foi feito. Refere que nem lá um carro dos bombeiros passa e questiona o executivo sobre a razão de ainda nada ter sido feito.

O presidente da Junta de Freguesia admite que a Junta está em falta para com os herdeiros do senhor Francisco e que pelo respeito que tem pelo senhor está muito empenhado em resolver o assunto o mais rápido possível. Afirma também que agora o acesso está menos dificultado devido ao alargamento que existiu a poente.

O Sr. Carlos Meira questiona o executivo como fazer para consultar as atas das assembleias de freguesia e refere a falta de acessos e para quando o alargamento do caminho.

Rui Matos responde dizendo que se podem consultar online ou então na sede da Junta de Freguesia.

A Sr.^a Conceição Lima questiona se o rio do Fontão é público ou privado.

O Sr. Manuel Lima refere que alertou o executivo para os problemas que podiam acontecer quanto às dívidas aos credores, referiu também indignação quanto às taxas do cemitério e que duas manhãs sem vagas no Centro de Saúde é muito pouco. Termina a sua intervenção dizendo que espera que o presidente da Junta faça melhor do que o que tem feito.

O Sr. São João referiu a sua indignação pelo facto de quando foi a última vez à sede da Junta de Freguesia buscar o dinheiro que lhe deviam pelas obras realizadas no cemitério ter sido chamada a GNR.

O presidente da Junta de Freguesia Rui Matos respondeu dizendo que há modos e maneiras para lidarmos uns com os outros.

O Sr. Manuel Domingos afirmou que no passado sábado se prestou homenagem aos antigos músicos da Casa do Povo que foram heróis na promoção da cultura da terra pela AMVNA. Alerta também para a necessidade da freguesia ter um departamento cultural em que todos colaborem.

Rui Matos enalteceu a AMVNA pela iniciativa e parabenizou a mesma pelo magnífico concerto.

A Sr.^a Céu Lima questionou para o facto de não se realizarem formações aqui na freguesia, pois com turmas de dezasseis pessoas já se podem realizar.

O presidente da Junta de Freguesia afirmou que em dois mil e catorze foram organizadas duas ações de formação, uma de Bordadeiras em que houve zero inscrições e outra em Geriatria com apenas três inscrições.

O Sr. João Rego afirma que após ter entregue o ofício remetido à Assembleia de Freguesia recebeu ameaças e que teve de apresentar queixa. Afirma também que o presidente da ADCA o acusa de não falar a verdade e que tem um documento de 27/7/2008 que comprova o início das obras do complexo desportivo. Afirma ainda o facto de estarmos bem servidos a nível de cultura e que o dinheiro existe só que se estraga.

O Sr. José Freixo explica que não fala de obras do complexo desportivo na Assembleia de Freguesia, que em Chafé o campo de futebol pertence à Câmara Municipal e que aqui pertence aos sócios e que o Sr. João Rego não sabe do que fala. Exprimiu também o agrado quanto à resposta dada pelo presidente da Assembleia de Freguesia ao ofício entregue pelo João Rego pois é o nome da ADCA que está em causa.

O Sr. Sidónio Ribeiro deu os parabéns à Junta de Freguesia por ter dívidas e as admitir e ao deputado Ricardo Rego por criticar mas acima de tudo propor soluções. Afirma ainda que a Comissão de Festas espera em Fevereiro pagar a toda a gente e agradeceu à AMVNA por se ter oferecido para um concerto em que a receita revertesse para Comissão de Festas.

O Presidente da Junta de Freguesia afirma que a Junta é dos anhenses e não do presidente e que em tudo o que puder, a Junta de Freguesia está disponível para ajudar.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

(Duarte José Faria Vilar de Figueiredo)

A Primeira Secretária

(Catarina Felgueiras Portela)

O Segundo Secretário

(Carlos Lima e Silva)